

AGENOR NAKAZONE

PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

INGRESSO NO MPSP: 18/11/1971 E SAÍDA 09/05/2008

APMP: Como foi o início da sua carreira em 1971 no MPSP?

O meu ingresso foi muito interessante porque eu sou de Presidente Prudente, 600 km de SP. Vim enfrentar o concurso e passei no primeiro. Foi uma surpresa realmente. Essa foi a primeira surpresa agradável.

APMP: O senhor queria ser promotor de Justiça? O senhor se inspirou em alguém da família?

Na família não tem ninguém. Eu fui o primeiro a me formar na área jurídica. Não tenho nenhum antecedente na minha família. Foi porque eu sempre tive como norma atuar em prol da sociedade, dos mais carentes. Tanto é que quando ainda era estudante na minha cidade.

APMP: Além de ser estudante de direito o senhor atuou como vereador?

Então tive sempre contato com as pessoas mais carentes. E vi que o MP era o defensor dessas pessoas. Isso me inspirou a entrar na instituição.

APMP: Muito bem, o senhor veio, fez a prova, passou, qual foi à primeira comarca?

Foi em Piracicaba.

APMP: Como foi a experiência lá?

Foi gratificante porque eu nunca tinha entrado em um fórum praticamente para fazer o estágio. E, em Piracicaba e foi muito significativa é que eu fui muito bem recebido pelos colegas. E, como eu não tinha experiência nenhuma na área jurídica tudo foi novidade para mim.

APMP: Alguma história que o senhor se recorda de Piracicaba?

Fiquei pouco tempo em Piracicaba. Depois fui para Santo André, depois para Presidente Prudente. A lembrança que eu tenho é que o primeiro promotor de Justiça que me recebeu foi Paulo Afonso Machado, que é a maior autoridade no Brasil sobre direito ambiental. Até hoje eu tenho relacionamento com ele.

APMP: Quem era o PGJ na época?

Era o doutor Oscar Xavier de Freitas, que ainda está vivo. É uma pessoa formidável.

APMP: E depois, o senhor foi para onde?

A minha primeira comarca foi Queluz. Depois eu fui para Itu, junho 1968. Onde eu fiz a carreira por oito anos. Em 1986 eu vim para São Paulo. Fui promovido para procurador de Justiça em maio de 1994.

APMP: como foi essa passagem?

Foi muito gratificante porque eu fui assessor de dois procuradores-gerais: Antonio Arado Ferraz Dal Pozzo e José Emmanuel Burle Filho. Nessa ocasião eu trabalhei em processos que envolviam promotores, juiz de direito, secretários de Estado e deputados estaduais. Foi específico. E também como assessor do PGJ eu trabalhei dois anos no Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Eu representava o MPSP lá.

APMP: Como é o trabalho lá.

Um trabalho especializado. Envolve ações de grandes complexidades. Todos os processos contra juízes de direito, contra secretários de Estado. Foi um trabalho especializado. Aprendi muito com a cúpula do Tribunal de Justiça.

APMP: Quais as dificuldades que o senhor encontrou na época?

Quando eu cheguei a Queluz, na minha sala não tinha nada que fosse do Ministério Público. Tudo era do poder judiciário (mesa, cadeira, máquina de escrever) só tinha o papel. Hoje o MP tem tudo. Hoje o MPSP é grande em razão da luta de muitos que sacrificaram. O MPSP tem que ter a sua casa. A chave do prédio.

APMP: o senhor teve experiência como vereador antes do MP. O senhor chegou a receber convites?

Veja bem, eu fui vereador muito novo, quando estudava na Faculdade de Direito, e como eu sempre fui idealista eu renunciei, com um ano e meio, cheguei à conclusão que não conseguiria colocar em execução os meus ideais. Resolvi sair e ser promotor de Justiça. Foi uma experiência gratificante. Depois, em SP, eu fui assessor do Ministro Pazzianoto, no governo do Sarney, foi uma experiência gratificante, também fiquei só um ano e meio. Recebi também concurso para ir para o TJ, não fui. Prestei concurso para ser promotor de Justiça e queria me aposentar como promotor de Justiça.

APMP: Como era o ambiente no MP neste período que o senhor passou?

Eu como fui corregedor-geral do MP conheci muitos promotores e tenho a facilidade para lembrar a fisionomia e o nome das pessoas. É uma família. Há divergências? Há choque de ideias? Existe. Mas as diferenças existem em qualquer família. Na minha época, quando ingressei era bem pequeno. É uma família que cresceu muito.

APMP: Do que o senhor tem mais saudade?

Tenho saudade da atuação como promotor de Justiça. É um profissional que tem que ter consciência do seu trabalho. Ele não pode esmorecer, ele tem que ser combativo. Tem que ser uma pessoa aberta às pessoas que o procuram. Enquanto corregedor-geral disse em todas as palestras nas palavras que o PJ tem que ser uma pessoa humilde. Porque a humildade abre todas as portas.

Segundo: tratar a pessoa humilde com o maior respeito possível, e o promotor tem que ter consciência de que ele tem que agir, porque o juiz não age, o juiz é um órgão passivo. Ele tem que agir e defender a sociedade. Esta é a maior lembrança que eu tenho. E como procurador de Justiça também, eu fiquei o meu tempo total na procuradoria de justiça criminal. Na corregedoria criei um banco de dados que funcionavam 24 horas. Deixei tudo informatizado. Não é possível vencer a quantidade de processos que existem manualmente. São dois pontos que sempre defendi.

APMP: Quais as principais diferenças entre a primeira e a segunda instância?

Veja bem, é uma área da primeira instância que ele tem que agir buscar os meios de defender a sociedade. Já a procuradoria é um órgão mais opinativo. Ele opina sobre aquilo que já foi do promotor.

APMP: E qual o papel do corregedor-geral?

A Corregedoria Geral do MP é um órgão de fiscalização, mas primordialmente ele tem que ser um órgão de orientação. Essa foi a minha filosofia enquanto fui corregedor. Nós temos excelentes promotores, de alto nível. Então, a função primordial da corregedoria é a orientação. Outro ponto da corregedoria, durante a minha gestão, como informatizei toda a corregedoria, eu publiquei nos oito últimos meses toda a produção do MP. Em um ano, os promotores atenderam mais de 500 mil pessoas, tínhamos em andamento mais de vinte mil apurações de consumidor: meio ambiente; improbidade administrativa. O papel da corregedoria é publicar o trabalho que o promotor faz. Porque quem nos paga é a sociedade. Ele nos paga e nós trabalhamos.

APMP: Principalmente os políticos?

A grande novidade na Constituição de 1988 foi que o MP recebeu grandes tarefas e executou com sucesso, principalmente processar políticos, por improbidade administrativa. A CF de 88, que veio dar ao MP tudo o que o MP pediu, propiciou o MP, primeiro: crescer, hoje o MP é seguramente a instituição mais respeitada do país. Segundo: propiciou que o MP ingressasse com inúmeras ações civis no campo do meio ambiente, consumidor. Hoje é o seguinte, o político responde.

APMP: Como era o cenário político em 1988?

Em 1988 nós tínhamos uma transição do regime militar para a democratização, porque o período ditatorial terminou em 1984, a Constituição veio em 1988. Já veio sobre a ótica da democratização. Eu estava no governo do José Sarney em 1985-1986, eu senti que existia clima propício. Em 1988 veio a CF que deu todas as garantias para o MP. Foi à instituição que mais cresceu no país. Isso foi fruto do trabalho de muitos procuradores de Justiça que ficaram dois anos para fazer o perfil do MP. O clima estava muito bom. Essa foi a grande vantagem democrática.

APMP: Uma carreira intensa, aí foi se aproximando a época da aposentadoria. Uma hora chega para todos. O senhor se preocupou com isso ou deixou o tempo correr, como foi?

Em 1997 eu recebi um convite para sair do MP e trabalhar com dois colegas: Jose Emmanuel Burle Filho e Eduardo Silveira Ortiz. Os dois já aposentados. Eles me convidaram para aposentar. Eu não tinha nenhuma vontade, porque a minha vocação era ser promotor de Justiça. Em 2008 esse mesmo convite voltou de novo. E o meu filho que já era advogado. Então eu disse: se o mesmo convite voltou, o meu filho já está advogando e eu com 37 anos de MP senti

que eu já tinha cumprido a minha missão, e queria dar o meu lugar para os mais jovens.

Hoje a minha atuação é como consultor jurídico.